



Universidades Lusíada

Gorjão, Paulo
Seabra, Pedro

Guiné-Bissau : a incontornável sensação de "déjà vu"

<http://hdl.handle.net/11067/1009>
<https://doi.org/10.34628/zzjc-2m54>

Metadata

Issue Date	2010
Abstract	Este artigo aborda o golpe militar de 1 de Abril na Guiné-Bissau. A primeira secção descreve os factos por detrás do golpe assim como as reacções internas e internacionais. A secção seguinte avalia as possíveis implicações, nomeadamente quanto às perspectivas futuras do processo de reforma do sector de segurança, bem como o compromisso da Guiné-Bissau na luta contra o tráfico de droga. A terceira secção aborda os esforços da comunidade internacional na gestão da crise. A secção seguinte oferece ...
Keywords	Guiné-Bissau - Política e governo - 2010, Guiné-Bissau - História - Golpe de Estado, 2010
Type	article
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FCHS] LPIS, n. 03 (2010)

This page was automatically generated in 2024-10-10T04:08:26Z with information provided by the Repository

GUINÉ-BISSAU: A INCONTORNÁVEL SENSAÇÃO DE DÉJÀ VU

Paulo Gorjão

Docente da Universidade Lusíada de Lisboa

Director do IPRIS (Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança)

pgorjao@ipris.org

Pedro Seabra

Investigador do IPRIS

pseabra@ipris.org

Resumo: Este artigo aborda o golpe militar de 1 de Abril na Guiné-Bissau. A primeira secção descreve os factos por detrás do golpe assim como as reacções internas e internacionais. A secção seguinte avalia as possíveis implicações, nomeadamente quanto às perspectivas futuras do processo de reforma do sector de segurança, bem como o compromisso da Guiné-Bissau na luta contra o tráfico de droga. A terceira secção aborda os esforços da comunidade internacional na gestão da crise. A secção seguinte oferece algumas recomendações quanto à forma como a comunidade internacional deve reagir aos acontecimentos de 1 de Abril. O artigo termina com algumas reflexões sobre o futuro imediato da Guiné-Bissau.

Palavras Chave: Guiné-Bissau, Portugal, Reforma do Sector de Segurança, Forças Armadas, Estado Falhado

Abstract: This article analyzes the military coup in Guinea-Bissau on 1 April. The first section describes the facts behind the military coup, as well as the domestic and international reactions. The next section assesses the possible implications of the military coup, namely regarding the future prospects of the SSR process, as well as Guinea-Bissau's commitment towards the fight against drug trafficking. The third section analyzes the efforts of the international community regarding the management of the crisis. The next section offers a few policy recommendations regarding how the international community should react to the events that took place on 1 April. The article ends with a few reflections about Guinea-Bissau's immediate future.

Keywords: Guinea-Bissau, Portugal, Security Sector Reform, Armed Forces, Failed State.

Introdução

No famoso romance de Giuseppe di Lampedusa, *O Leopardo*, o sobrinho do Príncipe de Salina, Tancredi, incita o seu tio, Don Fabrizio, a mudar de alianças pois "se queremos que as coisas se mantenham como estão, as coisas precisarão de mudar". Desde a sua independência, a Guiné-Bissau tem sido fiel aos

apelos de Tancredi. De facto, as coisas mudaram de modo a manterem-se como estavam. Por outras palavras, apesar das primeiras eleições democráticas multipartidárias, realizadas em 1994, a verdade é que o poder político continuou nas mãos dos militares, permanecendo estes como os principais actores do país. De modo a melhor compreender os factos na Guiné-Bissau desde 1994, é necessário ter sempre em consideração as Forças Armadas, uma vez que é nelas que reside o epicentro da instabilidade política. Assim sendo, a Reforma do Sector de Segurança (RSS) torna-se pois crucial e incontornável se de facto é desejável uma mudança. Este é o dilema: a RSS visa domar o poder dos militares; Mas, para ter sucesso, a RSS precisa também de garantir a sua cooperação activa ao longo do processo de redução do seu poder efectivo.

Em última análise, e como sempre acontece, haverá vencedores e vencidos. A verdadeira mudança implicará envolver os militares e convencê-los a aceitá-la. Recorrendo a *carrots and sticks* e através de meios pacíficos, a comunidade internacional tem que ser capaz de persuadir os vencidos e fazer-lhes ver que, quando analisada com maior atenção, a sua 'derrota' é de facto mais vantajosa do que inicialmente pensavam. Contudo, e até agora, a comunidade internacional parece não ter conseguido esse propósito. Face aos acontecimentos de 1 de Abril, quando um golpe derrubou o Chefe das Forças Armadas e levou à prisão o Primeiro-Ministro, a combinação de recompensas e castigos necessita ser repensada.

Em retrospectiva, é possível que a comunidade internacional tenha ignorado alguns dos sinais de alarme mais relevantes. Este artigo é uma primeira tentativa, ainda que provisória, de abordar a situação. Deste modo, este artigo revê os factos mais recentes e proporciona uma breve análise prospectiva quanto às hipóteses de uma RSS bem sucedida. A primeira secção descreve os factos por detrás do golpe militar assim como as reacções internas e internacionais, expressas nos diversos órgãos de comunicação social. A secção seguinte avalia as possíveis implicações do golpe militar, nomeadamente quanto às perspectivas futuras do processo de RSS, bem como o compromisso da Guiné-Bissau na luta contra o tráfico de droga. A terceira secção menciona, ainda que de forma breve, os esforços da comunidade internacional até ao momento. A secção seguinte oferece algumas recomendações quanto à forma como a comunidade internacional deve reagir aos acontecimentos de 1 de Abril. Em teoria, é consensual que o golpe não deve produzir qualquer tipo de recompensa e que os seus instigadores devem tomar consciência desse facto. De outro modo, a espiral de violência na Guiné-Bissau nunca acabará. Como interromper este ciclo de instabilidade política e militar é a questão fulcral.

2010: Ponto de viragem

Apenas dois dias antes da tormenta, o Conselho de Segurança e da Paz (CSP) da União Africana (UA) felicitou a Guiné-Bissau pelos seus esforços no sentido de regressar à ordem constitucional, após os trágicos assassinatos em

Fevereiro de 2009. O Conselho da União “not[ou] as medidas tomadas (...) respeitantes à *good governance*, à luta contra a impunidade e ao tráfico de droga (...) e a criação de condições propícias à restauração de uma paz duradoura, segurança e estabilidade política”.¹ Antes disso, a 5 de Março, Joseph Mutaboba, Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, e Chefe do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), dizia também que 2010 poderia representar um ponto de viragem para o país. Por outras palavras, Mutaboba salientava que 2010 se apresentava à Guiné-Bissau como uma janela de oportunidade sem precedente, que não deveria ser desperdiçada.² No seu último relatório, datado de Fevereiro, Ban Ki-moon referia que se sentia “encorajado pelo Presidente [Malam Bacai] Sanhá e os esforços do Governo para consolidar a paz e promover estabilidade na Guiné-Bissau”.³

O país parecia assim estar bem encaminhado, embora circulassem rumores de alguma instabilidade interna, no seio dos altos escalões militares. Consciente disto, o Alto Conselho Militar emitiu um comunicado, alertando que as Forças Armadas estavam atentas a quaisquer factores internos ou externos que pudessem prejudicar a estabilidade local bem como renovando o seu compromisso com o sucesso da RSS. Este comunicado demonstra assim que os rumores foram levados em consideração, mas na prática ninguém foi capaz de prever a insurreição. Pelo contrário, tudo apontava para o sentido oposto. A 22 de Março, durante uma visita oficial a Portugal, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Almirante José Zamora Induta declarava que a implementação do programa de RSS deveria ter início brevemente. Assim sendo, teriam que ser feitas escolhas difíceis nos meses seguintes, nomeadamente na redução do número de efectivos, afectando portanto o equilíbrio de poderes dentro das próprias Forças Armadas, bem como o equilíbrio entre as diferentes lealdades pessoais. Contudo, por esta altura, tudo parecia calmo. Quando se deslocou a Lisboa a 16 de Março, o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior pensava já na conferência de doadores, planeada para Outubro e centrada não só na missão de RSS, mas também no tráfico de droga, crime organizado e desenvolvimento económico do país.

Em suma, tudo parecia decorrer conforme o previsto quando, de forma inesperada, um golpe militar teve lugar a 1 de Abril. Apesar de as Forças Armadas estarem de prevenção quanto a possíveis ameaças desestabilizadoras – como o comunicado do Alto Conselho Militar demonstrava – a verdade é que esta nova crise apanhou todos os intervenientes de surpresa. Por exemplo, Gomes Júnior e Zamora Induta tinham agendas oficiais preenchidas nesse dia.

O golpe foi levado a cabo com precisão cirúrgica, procurando neutralizar

¹ “AU hails Guinea-Bissau’s efforts towards stability” (*Agence France-Press*, 30 de Março de 2010).

² “Relative stability, growing world attention signal potential turning point, top United Nations official in Guinea-Bissau tells Security Council” (*Nações Unidas*, Conselho de Segurança, SC/9874, 5 de Março de 2010).

³ “Report of the Secretary-General on development in Guinea-Bissau and on the activities of the United Nations Integrated Peacebuilding Office in that country” (*Nações Unidas*, Conselho de Segurança, S/2010/106, 26 de Fevereiro de 2010).

apenas uma lista de alvos seleccionada. Deste modo, para além de Gomes Júnior, somente algumas dezenas de pessoas foram presas, na sua maioria oficiais das Forças Armadas, entre os quais Zamora Induta e os seus aliados, tais como o chefe da Divisão de Informação e Segurança Militar (i.e. contra-informações militares), Samba Djaló. A razão pela qual o Presidente Malam Bacai Sanhá não fez parte da lista de detidos permanece um mistério. Com base no que se sabe até ao momento, Sanhá não esteve envolvido no golpe. No entanto, o seu comportamento político permite alguma especulação. Confrontado com o golpe, a reacção de Sanhá consistiu em relativizar os acontecimentos, em vez de apelar aos insurrectos que respeitassem a ordem constitucional.

O golpe foi liderado pelo Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Major-General António Indjai, em conjunto com o Contra-Almirante José Américo Bubo Na Tchuto, ex-Chefe da Armada, que tinha regressado a Bissau em Dezembro de 2009, vindo do seu exílio no Gâmbia e desde então abrigado no edifício da UNIOGBIS. Em retrospectiva, ficou-se a saber que nos últimos meses, Bubo Na Tchuto usava a sede da UNIOGBIS como sua base de operações. Daqui, com rédea solta e ao abrigo da protecção ‘ideal’, terá co-planeado o golpe.

As reacções internas e internacionais foram imediatas. Em Bissau, multidões juntaram-se espontaneamente junto à sede de Governo, expressando o seu apoio a Gomes Júnior. Por outro lado, as declarações bilaterais e multilaterais também ocorreram de imediato. Portugal – em seu nome e enquanto Presidente da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – “conden[ou] os incidentes em Bissau e repudi[ou] qualquer tentativa de alterar a ordem constitucional (...) [e] apel[ou] ao envolvimento de todas as instituições estatais guineenses de forma a alcançar um regresso imediato à normalidade constitucional”.⁴ Brasil, França e Estados Unidos seguiram a mesma linha assim como a UA, a União Europeia (UE) e as Nações Unidas. O Presidente da Comissão da UA, Jean Ping, incitou a Guiné-Bissau a “abster-se de quaisquer acções que destabilizassem o normal funcionamento das instituições democraticamente eleitas”. A Alta Representante para Política Externa e de Segurança, Catherine Ashton, declarou que “a UE apelava à cessação imediata dos comportamentos irresponsáveis e o respeito na íntegra de todas as regras democráticas elementares”. Ashton “conden[ou] nos termos mais veementes as medidas levadas a cabo por alguns elementos das Forças Armadas na Guiné-Bissau” e concluiu que “a estabilização da Guiné-Bissau através de um processo pacífico e democrático permanece crucial”. O porta-voz do Secretário-Geral das Nações Unidas, Martin Nesirky declarou também que Ban Ki-moon “apel[ava] aos militares e à liderança política da Guiné-Bissau que resolvessem as suas diferenças de forma pacífica e que mantivessem a ordem constitucional e garantissem o respeito pelo Estado de Direito”.

Apenas a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) demonstrou uma abordagem dissonante, ainda que apenas de forma parcial. De acordo com o director do Departamento de Assuntos Políticos da

⁴ “Comunicado MNE sobre a situação na Guiné-Bissau” (*Ministério dos Negócios Estrangeiros*, 1 de Abril de 2010).

CEDEAO, Abdel-Fatau Musah, os acontecimentos em Bissau não podiam ser descritos como um golpe militar mas apenas como insubordinação e indisciplina: a CEDEAO “sente que [se tratou de] insubordinação. [Tratou-se] de indisciplina da parte dos militares”.⁵ Apesar de condenar o sucedido, a CEDEAO absteve-se de apelar ao regresso imediato à ordem constitucional.

De acordo com declarações anteriores de Bubo Na Tchuto, Gomes Júnior e Zamora Induta seriam julgados por “crimes contra a população”. Contudo, e talvez devido às manifestações populares espontâneas de apoio a Gomes Júnior, os acontecimentos tomariam outra direcção. Preso pelos insurrectos, horas depois Gomes Júnior seria discretamente colocado em prisão domiciliária e, mais tarde, libertado. Pelo menos formalmente, Gomes Júnior continua como Primeiro-Ministro. É impossível prever durante quanto tempo e sob que circunstâncias. Só desenvolvimentos futuros permitirão avaliar em que medida o seu poder político saiu fragilizado dos acontecimentos de 1 de Abril.

De igual modo, o futuro de Zamora Induta é incerto. Zamora Induta, tal como Djaló, permanece preso pelos golpistas. Por esta altura, é claro que Zamora Induta não regressará ao cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. No entanto, resta saber o que o futuro lhe reserva. Será julgado, como referido anteriormente? Procurará asilo? Ou será simplesmente libertado?

Para além destas perguntas, muitas outras continuam sem ter uma resposta clara. Irá a comunidade internacional apelar ao imediato regresso à ordem constitucional, sem recorrer a *carrots and sticks*? Indjai continuará como Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas? Será autorizada a readmissão de Bubo Na Tchuto nas Forças Armadas? Irá a comunidade internacional deixar claro que nada pode acontecer a Zamora Induta? A conferência de doadores será adiada? Irá o processo de RSS sofrer mais retrocessos? Acima de tudo, o pior da tempestade já terá passado ou o que aconteceu até ao momento foi apenas o prelúdio de mais violência e instabilidade política?

Se o passado nos permite especular sobre o futuro, então as perspectivas não são, de todo, as melhores.

Todos querem ser o que nunca poderão ser

Numa conferência de imprensa a 2 de Abril, o chefe de gabinete de Indjai, Major Dabana Walna, explicou que Zamora Induta pretendia “criar um exército privado”.⁶ Como prova, Walna declarou que Zamora Induta tinha em sua casa 30 espingardas AKM e vários lançadores de granadas, para além de munições. Assumindo que isto é verdade, não se cria um exército privado simplesmente possuindo algumas dezenas de armas e munições. Além disso, Zamora Induta não teria necessidade de criar um exército privado à margem da estrutura

⁵ “ECOWAS puts Guinea-Bissau military on guard” (ECOWAS, Press Release 48, 1 de Abril de 2010).

⁶ Jorge Heitor, “General rebelde pediu desculpa por ter ameaçado matar primeiro-ministro” (*Público*, 3 de Março de 2010): 10.

militar. De facto, enquanto Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Zamora Induta poderia perfeitamente tê-lo feito dentro da hierarquia militar. Como referido anteriormente, Zamora Induta declarou, a 22 de Março, que a implementação do programa de RSS teria início brevemente e, em menos de 15 dias, o golpe militar perpetrado por Indjai e Bubo Na Tchuto teve lugar.

Por outras palavras, o golpe aparenta ser uma consequência da efectiva realização da RSS. De facto e como foi referido anteriormente por outras fontes, o “grosso do pacote de legislação necessário [já] tinha sido redigido e apenas aguardava aprovação do Conselho de Ministros e posteriormente, da Assembleia Nacional”.⁷ Ironicamente, visando ultrapassar os obstáculos no caminho do desenvolvimento, democracia e paz, a RSS acabou por despoletar a nova ronda de instabilidade e de violência. Joseph Mutatoba salienta que “as intervenções militares recorrentes na política são o resultado de alterações constantes das alianças”. Mutatoba diz que “todos na Guiné-Bissau querem liderar. Todos querem ser ministros. Todos querem ser embaixadores. Todos querem alguma coisa. Todos querem ser o que nunca poderão ser”. Deste modo, ele acrescenta que “existe demasiada procura e poucas posições num país tão pequeno”.⁸

Por esta altura, o equilíbrio de poder dentro das Forças Armadas já se alterou. Independentemente do que aconteça a Zamora Induta, ele já não é uma carta relevante no baralho. Desde o início, a comunidade internacional pareceu preparada para aceitar o golpe de Indjai e Bubo Na Tchuto como um facto consumado. Exigir a restauração da ordem constitucional, como a comunidade internacional fez, não é o mesmo que exigir o regresso ao *status quo*. Publicamente, ninguém insistiu no regresso de Zamora Induta ao cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. De igual modo, ninguém exigiu a demissão de Indjai do posto de Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Por último, Bubo Na Tchuto continua em liberdade apesar de estar alegadamente envolvido noutra tentativa de golpe em Agosto de 2008. Assim sendo, a exigência do regresso à ordem constitucional acaba por recompensar a liderança do golpe.

Contudo, para além da alteração dos equilíbrios de poder dentro das Forças Armadas, ainda não são totalmente perceptíveis quais serão as consequências deste episódio. Mais concretamente, é ainda pouco claro o que irá acontecer à RSS. A falta de entusiasmo de Indjai pelo programa era considerada um segredo público na Guiné-Bissau. O facto de Indjai não controlar o processo de RSS, não seria de todo irrelevante. Com Zamora Induta afastado do cargo, será a RSS capaz de continuar com os mesmos compromissos do passado?

Por outro lado, resta saber o que irá acontecer à luta contra o tráfico de droga. Zamora Induta deixou muito claro que, durante o seu tempo, o envolvimento das Forças Armadas no tráfico de droga não seria tolerado. Acresce que os militares contribuiriam também nos esforços contra o tráfico, apesar da falta

⁷ Miguel Girão de Sousa, “The Challenges and Constraints of Security Sector Reform in Guinea-Bissau: A View from the Field” (*Portuguese Journal of International Affairs*, No. 2, Outono/Inverno 2009): 24.

⁸ Scott Stearns, “PM’s Arrest Reinforces Need for Security Sector Reform in Guinea-Bissau” (*Voice of America*, 2 de Abril de 2010).

de recursos e *know-how* necessário. Por exemplo, em Fevereiro último, Zamora Induta revelou existirem provas de que os traficantes estavam a utilizar uma vez mais a Guiné-Bissau como base de distribuição internacional. Como referido por Antonio L. Mazzitelli, chefe do Gabinete Regional para a África Central e Ocidental das Nações Unidas sobre Droga e Crime (UNODC), “em Setembro de 2008, os traficantes de droga começaram a abandonar a Guiné-Bissau”. Desde então, frisa Mazzitelli, nenhuma apreensão significativa de droga teve lugar. Segundo Mazzitelli, os traficantes de droga “precisam de uma certa estabilidade. Eles não precisam de um Estado falhado. Eles precisam de um Estado frágil”.⁹ Se isto é de facto verdade, e tendo em conta as declarações de Zamora Induta, então a Guiné-Bissau encontra-se à beira de retomar a sua posição enquanto país *pivot* no tráfico de droga entre a América Latina e a Europa. Obviamente, com tais desenvolvimentos, Zamora Induta acabou por entrar em confronto com interesses poderosos. O envolvimento das Forças Armadas no tráfico de droga é sobejamente conhecido por todos. “O exército detém um papel central nas actividades criminosas. Em vez de se dedicarem à segurança do país, têm-se concentrado em façanhas criminais”, salienta Corinne Dufka, investigadora da Divisão Africana da Human Rights Watch.¹⁰ E Bubo Na Tchuto, em particular, é suspeito de ser um dos principais intervenientes no tráfico de droga na Guiné-Bissau. “Ele estava muito ligado ao tráfico de droga – contrabandeando drogas para a Guiné-Bissau”, segundo o jornalista da *Radio France Internationale*, Miguel Martins,¹¹ demonstrando assim que o regresso de Bubo Na Tchuto é preocupante por vários motivos.

O golpe de 1 Abril é apenas a última peça de um *puzzle* que tem sido gradualmente montado desde 1998. Se é apenas mais uma peça ou a última que faltava é ainda pouco claro. De qualquer forma, as variáveis domésticas e internacionais quanto à Guiné-Bissau estão em evolução. Sendo tratado em maior detalhe adiante, é visível que os cidadãos guineenses procuram actualmente outras qualidades quando exercem o seu direito de voto. Em vez de heróis – pelo menos, no que diz respeito ao controlo civil – os guineenses procuram bons gestores. Em paralelo, e muito mais do que anteriormente, a comunidade internacional parece disposta a investir tempo e recursos, apoiando a Guiné-Bissau numa estratégia a longo prazo. Como sempre tem acontecido na Guiné-Bissau desde a independência e em particular desde 1994, o problema reside nas Forças Armadas.

É ainda pouco claro qual será o desfecho final. Irão os militares continuar no mesmo caminho destrutivo, ou irão aproveitar a oportunidade que a RSS lhe apresenta e reinventarão o seu papel no seio da Guiné-Bissau?

⁹ Adam Nossiter, “Nation in Disarray Holds Few Hopes for Vote” (*New York Times*, 28 de Junho de 2009).

¹⁰ Fran Blandy, “Guinea-Bissau: more instability in cocaine hotspot” (*Agence-France Press*, 3 de Abril de 2010).

¹¹ “President says no coup, PM under house arrest” (*RFI*, 2 de Abril de 2010).

A mediação de mais uma crise

Um mês depois do golpe militar, a Guiné-Bissau permanece numa espécie de limbo político e militar cuja clarificação continua por concretizar. Embora o *fait accompli* seja evidente a nível militar e o afastamento de Zamora Induta seja irreversível, em todo o caso continua por clarificar o verdadeiro alcance do golpe.

Na sequência do golpe, a comunidade internacional reagiu de imediato exigindo a reposição da ordem constitucional. Poucos dias depois do golpe, uma missão conjunta das Nações Unidas, da União Africana e da CEDEAO visitou -Bissau para se inteirar *in loco* da situação. A CPLP seguiu a mesma estratégia. Uma e outra não produziram resultados visíveis. A nível bilateral, Luís Amado e o seu homólogo angolano, Assunção dos Anjos, agendaram também uma deslocação a Bissau que acabou por não se concretizar.¹²

No que constitui seguramente um bom indicador do peso que a Guiné-Bissau atribui a alguns Estados com quem mantém relações diplomáticas, apesar da situação de relativa instabilidade política e militar, Malam Bacai Sanhá – juntamente com o ministro da Defesa, Aristides Ocante da Silva – e António Indjai visitaram Angola e a Líbia, respectivamente. Pouco se conhece do conteúdo das conversas mantidas mas é evidente o peso e a relevância que Sanhá e Indjai atribuem a Angola e à Líbia, não só enquanto suportes e bases de apoio na comunidade internacional, mas também como actores cruciais no *day after*.

Em parte fruto das suas limitações mas sobretudo por vontade própria, até ao momento Portugal acabou por desempenhar um papel secundário no processo em curso. Na verdade, em Lisboa tem prevalecido a leitura segundo a qual os acontecimentos na Guiné-Bissau não afectaram de forma relevante os interesses políticos e económicos de Portugal. Nesse sentido, compreende-se o *low profile* assumido por Luís Amado na gestão da crise e o relativo desinteresse com que tem seguido os acontecimentos. Afinal, tendo em conta as circunstâncias, os dividendos potenciais não justificam especial atenção, ou a afectação de meios humanos e materiais consideráveis.

Isto dito, a nível multilateral Portugal pode – e deve – assumir uma postura mais assertiva. As recomendações políticas que se seguem reflectem essa possibilidade.

Recomendações políticas

Se olharmos para a última década, as probabilidades não são muito favoráveis para os guineenses. De facto, “devido a intervenções militares, nenhum presidente eleito desde o regresso ao sistema multi-partidário em 1994, completou o mandato de 5 anos previsto na constituição”.¹³ Desde 1998 até 2010

¹² Ver “Guiné-Bissau: MNE luso e MIREX angolano cancelam deslocação a Bissau” (*Bissau Digital/PNN*, 3 de Abril de 2010).

¹³ “Guinea-Bissau: Beyond Rule of the Gun” (*International Crisis Group, Africa Briefing No. 61*, 25 de Junho de 2009): 7.

- apenas doze anos - a Guiné-Bissau teve quatro presidentes, quatro presidentes interinos e onze primeiros-ministros (incluindo duas vezes Carlos Gomes Júnior). Além do mais, a mesma instabilidade que contaminou o governo civil, também se infiltrou nas Forças Armadas. Em vez de instituições democráticas, os canos das espingardas têm sido os instrumentos principais para resolver os conflitos e criar novos equilíbrios de poder, ainda que instáveis. Deste modo, se o poder político não deriva do cano da espingarda, como declarado por Mao Zedong à décadas atrás, é à comunidade internacional que cabe provar o contrário. Com efeito, a UA, CPLP, CEDEAO, UE, Fundo Monetário Internacional (FMI) e as Nações Unidas possuem todas *carrots and sticks* para serem utilizados, se necessário e se a isso estiverem dispostas. Através de canais bilaterais, e acima de tudo através das instituições multilaterais referidas, o Governo português deve clarificar algumas questões. A curto prazo:

- A segurança pessoal de Carlos Gomes Júnior não é negociável. É preciso deixar claro a Bubo Na Tchuto e a Indjai, que serão responsabilizados por quaisquer fatalidades que venham a acontecer.
- O mesmo se aplica a José Zamora Induta, Samba Djaló, assim como a todos os oficiais militares presos a 1 de Abril. Além do mais, deve também ser salientado que qualquer dos detidos durante o golpe deve obter permissão para deixar a Guiné-Bissau, se desejar obter asilo no estrangeiro.
- Mesmo admitindo um período de transição, António Indjai deve demitir-se assim que politicamente possível. Após o golpe, não pode permanecer como Vice-Chefe ou sequer ser promovido a Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.
- José Américo Bubo Na Tchuto não poderá ser readmitido nas Forças Armadas. A sua reintegração e, talvez, a sua nomeação como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas seria uma recompensa à liderança do golpe militar. Mais uma vez, se a comunidade internacional aceitar este facto, apenas demonstrará que o crime compensa.
- De forma repetida, deve ser deixado claro a todos os actores políticos e militares relevantes na Guiné-Bissau que a comunidade internacional está unida e fala a uma só voz. E que a mensagem não podia ser mais simples: a ordem constitucional tem que ser salvaguardada. Este ponto não é negociável e qualquer outro resultado não será aceitável.
- Por último, mas não menos importante, deve ser declarado que a conferência de doadores, planeada para o segundo semestre de 2010, será adiada *sine die*. De igual modo, a comunidade internacional deve deixar claro que, em função do que poderá vir a acontecer, outros mecanismos bilaterais ou multilaterais de ajuda também poderão ser suspensos. A médio e longo prazo, os seguintes pontos deveriam também ser transmitidos aos actores políticos e militares guineenses:
- A responsabilização das Forças Armadas é impossível, se estas não estiverem sob controlo civil. Um regime democrático será sempre instável se os militares ameaçarem subverter os resultados eleitorais ou derrubar

os governos civis.¹⁴ Assim sendo, deve ser reafirmado que o processo de RSS tem que continuar, como programado. Apesar de poder a vir ser ajustado, a RSS é uma condição não negociável para a continuação do apoio económico e da ajuda ao desenvolvimento.

- A influência destrutiva do tráfico de droga em Estados frágeis é sobejamente conhecida. A sombra de um narco Estado na Guiné-Bissau tinha desaparecido e não deveria ser permitido o seu regresso. A luta contra o tráfico de droga deve, portanto, continuar e a comunidade internacional deve reafirmar o seu compromisso nessa área.
- A consolidação do regime democrático é o objectivo final. Um regresso à via autoritária não é uma opção. De igual modo, uma fachada democrática, onde o poder substantivo continua a residir nos quartéis, também não é opção. O ciclo de golpes militares e derramamento de sangue, contínuo desde 1998, tem que acabar. Uma linha tem que ser traçada: quem a ultrapassar, terá que pagar o preço.
- O Índice de Estados Falhados coloca o país sob “alerta”, na 27.^a posição entre um total de 177 Estados. A Guiné-Bissau encontra-se no topo do grupo altamente vulnerável ao colapso estatal. Face a isto, qualquer comportamento irresponsável por parte da liderança política e militar não pode ser tolerado.
- O Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) classifica a Guiné-Bissau em 173.^o lugar, entre 182 países. A esperança média de vida à nascença é de 47,5 anos e a taxa de literacia na vida adulta é de 64,6%. O PIB *per capita* de US\$477 é um dos mais baixos do mundo. Assim sendo, quaisquer decisões políticas e militares que ponham em perigo o desenvolvimento económico deverão igualmente ser consideradas inaceitáveis.

Todos os possíveis canais de comunicação devem transmitir as mensagens anteriores: bilaterais, multilaterais, militares-militares, civis-civis, políticos, diplomáticos, económicos, domésticos e externos, entre outros. Se possível, a pressão deve ser exercida no terreno, como exemplificado pela pronta deslocação à Guiné-Bissau do Presidente da Comissão da CEDEAO, Embaixador James Victor Ghebo. Em Bissau, em conjunto com Jean Ping, Ghebo reafirmou mais uma vez que a restauração da ordem constitucional não é negociável. Ironicamente, teve que voar para Bissau de emergência após ter dito uns dias antes, a 30 de Março, que a “a era dos golpes [tinha] acabado” na África Ocidental.

Mas outros deveriam também actuar com igual urgência. Assim que possível, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, ou o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, João Gomes Cravinho, deveriam visitar Bissau e encontrar-se com os principais actores. Ao avaliarem a situação *in loco* deveriam exprimir a todos os envolvidos no golpe militar, assim

¹⁴ Ver Jendayi Frazer, “Conceptualizing Civil-Military Relations During Democratic Transition” (*Africa Today*, Vol. 42, No. 1-2, 1995): 39-48.

como aos restantes intervenientes, a posição do Governo português. Por outras palavras, tal como Ghebo e Ping, Portugal deveria realçar que os acontecimentos de 1 de Abril não podem ser minimizados como uma simples questão militar, de foro interno. Tratou-se sim, de uma séria interrupção da ordem constitucional.

Conclusão

A Guiné-Bissau não necessita da intervenção militar de uma força internacional de manutenção da paz liderada pela UA ou pelas Nações Unidas.¹⁵ Com base no que se sabe, não existe de momento nenhuma ameaça credível de guerra civil ou qualquer outro tipo de confronto entre as facções militares. O facto de o golpe de 1 de Abril ter decorrido sem qualquer tipo de resistência armada, ou disparo de tiros, comprova-o. Para além do mais, uma força internacional não conseguiria resolver nada e talvez acabasse apenas por criar novos problemas. O que a Guiné-Bissau realmente precisa é de encontrar o seu caminho e de tempo, assim como de um compromisso político e económico por parte da comunidade internacional.¹⁶ Por outras palavras, necessita que a comunidade internacional esteja disposta a usar *carrots* assim como *sticks*, devidamente enquadrados por uma estratégia a longo prazo. Os militares guineenses têm que compreender que, desta vez, a comunidade internacional está de facto empenhada e que está disposta a comprová-lo.

As coisas terão que mudar na Guiné-Bissau, não porque se deseje que elas se mantenham como estão, como Tancredi no romance de Lampedusa, mas porque precisamente porque se exige uma mudança de fundo no *status quo*. A comunidade internacional não passou despercebido que, a 1 de Abril, centenas de cidadãos se juntaram espontaneamente para expressar o seu apoio a Gomes Júnior e repudiar o golpe perpetrado por Bubo Na Tchuto e Indjai. Esta reacção pública – para além de confirmar que a popularidade de Gomes Júnior se mantém inalterada desde as eleições legislativas de 2008 – apenas pode ser entendida como uma fonte de esperança para a comunidade internacional. Com razão, a população aparenta estar sequiosa de mudança, uma mudança real e substantiva, assim como cansada de décadas de desnorte político e militar. Como referido num recente relatório do *International Crisis Group*, “Carlos Gomes Júnior representa uma nova geração de políticos com a capacidade de assegurar uma liderança efectiva. (...) A imensa popularidade obtida por Carlos Gomes Júnior durante as eleições legislativas de 2008 parece demonstrar que (...) o eleitorado está mais interessado no potencial de um líder político para ser um bom gestor, do que no seu antigo passado na guerra de libertação”.¹⁷ Assim sendo, esta janela de

¹⁵ Para uma opinião contrária, ver Vasco Martins, “A peace-building mission is needed in Guinea-Bissau?” (*IPRIS Lusophone Countries Bulletin*, No. 6, April 2010): 2-3.

¹⁶ Ver Khai Thaler, “Avoiding the Abyss: Finding a Way Forward in Guinea-Bissau” (*Portuguese Journal of International Affairs*, No. 2, Outono/Inverno 2009): 3-14.

¹⁷ Mais do que um sucesso eleitoral para o PAIGC nas eleições legislativas de Novembro de 2008, tratou-se de uma vitória pessoal de Carlos Gomes Júnior. Ver “Guinea-Bissau: Building a Real

oportunidade não pode ser desperdiçada. Pelo contrário, deve ser aproveitada, de modo a contrariar o ciclo de desgoverno e violência, negligência e corrupção que grassa pelo país há já tanto tempo.

O FMI realça a importância de “promover *good governance* em todos os seus aspectos, incluindo o Estado de Direito, a melhoria da eficiência e responsabilização do sector público e o combate da corrupção, entendidos com elementos essenciais de um contexto onde as economias podem prosperar”.¹⁸ Portugal, em conjunto com a comunidade internacional, deve promover o cumprimento deste paradigma, em vez de abandonar os guineenses à sua sorte. Mais do que nunca, apoio tem que ser dado aos actores políticos e militares favoráveis aos princípios de *good governance*, pois até hoje, *good governance* tem sido tão raro de encontrar na Guiné-Bissau como água no deserto.

Bibliografia

Artigos Académicos

FRAZER, Jendayi, “Conceptualizing Civil-Military Relations During Democratic Transition” (*Africa Today*, Vol. 42, No. 1-2, 1995): 39-48.

SOUSA, Miguel Girão de, “The Challenges and Constraints of Security Sector Reform in Guinea-Bissau: A View from the Field” (*Portuguese Journal of International Affairs*, No. 2, Outono/Inverno 2009): 15-26.

THALER, Kai “Avoiding the Abyss: Finding a Way Forward in Guinea-Bissau” (*Portuguese Journal of International Affairs*, No. 2, Outono/Inverno 2009): 3-14.

Relatórios

NAÇÕES UNIDAS, “Report of the Secretary-General on development in Guinea-Bissau and on the activities of the United Nations Integrated Peacebuilding Office in that country” (*Nações Unidas*, Conselho de Segurança, S/2010/106, 26 de Fevereiro de 2010).

INTERNATIONAL CRISIS GROUP, “Guinea-Bissau: Building a Real Stability Pact” (*International Crisis Group*, Africa Briefing No. 57, 29 de Janeiro de 2009).

-----, “Guinea-Bissau: Beyond Rule of the Gun” (*International Crisis Group*, Africa Briefing No. 61, 25 de Junho de 2009).

Comunicados

CEDEAO, “ECOWAS puts Guinea-Bissau military on guard” (*ECOWAS*, Press Release 48, 1 de Abril de 2010).

FMI, “Communiqué of the Interim Committee of the Board of Governors of the International Monetary Fund” (*International Monetary Fund*, Press Release Number 96/49, 20 de Setembro de 1996).

Stability Pact” (*International Crisis Group*, Africa Briefing No. 57, 29 de Janeiro de 2009): 6.

¹⁸ “Communiqué of the Interim Committee of the Board of Governors of the International Monetary Fund” (*International Monetary Fund*, Press Release Number 96/49, 20 de Setembro de 1996).

MNE, "Comunicado MNE sobre a situação na Guiné-Bissau" (*Ministério dos Negócios Estrangeiros*, 1 de Abril de 2010).

NAÇÕES UNIDAS, "Relative stability, growing world attention signal potential turning point, top United Nations official in Guinea-Bissau tells Security Council" (*Nações Unidas, Conselho de Segurança, SC/9874*, 5 de Março de 2010).

Artigos

BLANDY, Fran, "Guinea-Bissau: more instability in cocaine hotspot" (*Agence-France Press*, 3 de Abril de 2010).

HEITOR, Jorge, "General rebelde pediu desculpa por ter ameaçado matar primeiro-ministro" (*Público*, 3 de Março de 2010): 10.

MARTINS, Vasco, "A peace-building mission is needed in Guinea-Bissau?" (*IPRIS Lusophone Countries Bulletin*, No. 6, April 2010): 2-3.

NOSSITER, Adam, "Nation in Disarray Holds Few Hopes for Vote" (*New York Times*, 28 de Junho de 2009).

S.A., "AU hails Guinea-Bissau's efforts towards stability" (*Agence France-Press*, 30 de Março de 2010).

S.A., "President says no coup, PM under house arrest" (*Radio France Internationale*, 2 de Abril de 2010).

S.A., "Guiné-Bissau: MNE luso e MIREX angolano cancelam deslocação a Bissau" (*Bissau Digital/PNN*, 3 de Abril de 2010).

STEARNS, Scott,, "PM's Arrest Reinforces Need for Security Sector Reform in Guinea-Bissau" (*Voice of America*, 2 de Abril de 2010).